

Assembleia Geral aprova cronograma da XXVIII Convenção Nacional

Centenas de associados ativos e aposentados da ANFIP, por meio de votação virtual, participaram de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada nos dias 18 e 19/8, aprovando, por maioria, a forma e o cronograma da XXVIII Convenção Nacional Ordinária, bem como todos os atos inerentes à sua realização.

Em razão das restrições sanitárias decorrentes da pandemia, os Conselhos de Representantes, Fiscal e Executivo apresentaram, de forma conjunta, as matérias submetidas ao plenário da AGE.

A Assembleia aprovou também que o evento será integralmente virtual e vai tratar, exclusivamente, da Prestação de Contas da Gestão 2019-2021, da eleição da Comissão Eleitoral Nacional (CEN) e da homologação das chapas do Conselho Executivo e das candidaturas individuais ao Conselho Fiscal, cujos atuais mandatos findam em 31 de dezembro de 2021.

A ANFIP agradece a todos os associados que participaram da votação virtual da AGE.



Reforma Administrativa é o tema da próxima Série Grandes Debates ANFIP

Com relatório prestes a ser apresentado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a PEC 32/20 volta a ser discutida na Série Grandes Debates ANFIP, na segunda-feira (30/8), às 15 horas, com o tema “Reforma Administrativa – o que esperar?”.

· Painelistas:

Coronel Tadeu – Deputado Federal PSL/SP
Darci de Matos – Deputado Federal PSC/SC
Professor Israel – Deputado Federal PV/DF
Rudinei Marques – Presidente Fonacate
Eduardo Cubas – Juiz Federal – Presidente Unajuf
Laudemir Gomes da Rocha – Presidente Anafe

· Debatedores

Décio Bruno Lopes – Presidente da ANFIP
Wilson Romero – Assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP

· Mediador

Sergio Lerrer – Jornalista Agência Servidores

Reforma Administrativa



LIVE

Segunda - 30/8 - 15h

PAINELISTAS

 <small>Coronel Tadeu Deputado Federal (PSL-SP)</small>	 <small>Darci de Matos Deputado Federal (PSC-SC)</small>	 <small>Professor Israel Deputado Federal (PV-DF)</small>	 <small>Rudinei Marques Presidente do Fórum Nacional Parlamentar de Controle Tipos de Estado - FONACATE</small>	 <small>Laudemir Gomes da Rocha Presidente de Associação Nacional dos Auditores Fiscais Federais (ANAFE)</small>	 <small>Juiz Eduardo Cubas Presidente da UNAJUF União Nacional dos Juizes Federais do Brasil</small>
---	--	---	---	--	--

DEBATEDORES

 <small>Wilson Antonio Romero Assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP</small>	 <small>Décio Bruno Lopes Presidente da ANFIP</small>	MEDIADOR	 <small>Sergio Lerrer Jornalista Agência Servidores</small>
--	--	-----------------	---

 /anfip
 /agenciaservidores



Mobilizações contra PEC 32/20 continuam

PÁGINAS 2

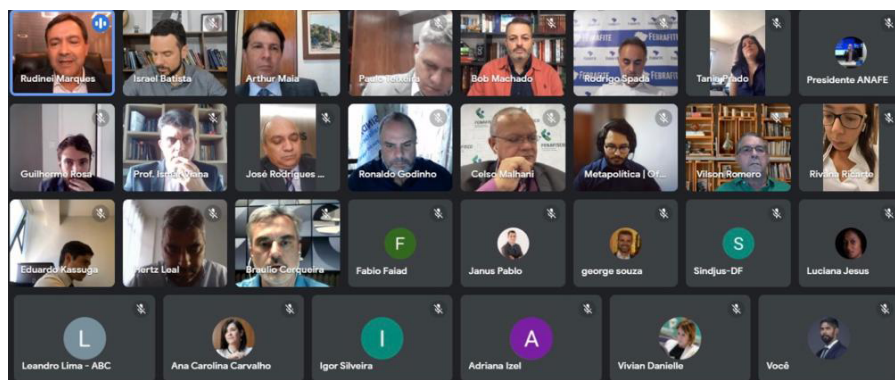
Intensificado trabalho para barrar PEC dos Precatórios

PÁGINA 4

Confira benefícios e convênios exclusivos dos associados

PÁGINA 6

Em reunião com relator, Fonacate indica aspectos críticos da PEC 32



Prestes a apresentar seu parecer na Comissão Especial da PEC 32/2020, da Reforma Administrativa, o relator, deputado federal Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), conversou na quarta-feira (18/8) com representantes do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate) e da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil). Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O presidente da Servir Brasil, deputado federal Professor Israel Batista (PV/DF), iniciou o encontro destacando a importância do diálogo. “A Servir e o Fonacate elaboraram diversos estudos e levaram e continuam levando para as audiências públicas contribuições técnicas de alto nível. Não podemos fazer um diálogo ‘apaixonado’ sobre uma matéria tão importante para o país. Estamos levando dados e evidências”, pontuou o parlamentar.

Já o deputado Paulo Teixeira (PT/SP), que também compõe a Servir Brasil, alertou para os riscos trazidos pela proposta às bases do serviço público brasileiro, firmadas na assembleia constituinte, que nos legou a Constituição Federal de 1988.

Rudinei Marques, presidente do

Fonacate, registrou que o encontro era, principalmente, para reiterar posicionamentos do Fórum relativos a quatro pontos que ainda causam bastante apreensão ao funcionalismo. E, o primeiro deles, o fato de que a proposta afeta sim os atuais servidores.

“Já enviamos ofício ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP/AL), citando esses pontos. Mas, reitero, a proposta como está afeta todos os servidores atuais, inclusive aposentados, ao extinguir os regimes jurídicos. E mais: é inaceitável a proposta dos vínculos de liderança. Não podemos abrir espaço no serviço público para apaniguados políticos”, ressaltou.

O segundo ponto, observado por Celso Malhãni, diretor da Fenafisco e coordenador da Comissão Parlamentar do Fórum, é o artigo que permite que União, Estados, Distrito Federal e Municípios possam optar por vincular ao Regime Geral de Previdência Social, por meio de lei complementar, os servidores que vierem a ser admitidos para cargo com vínculo por prazo indeterminado. “Com essa migração para o INSS vamos esvaziar os regimes próprios. Acabamos de fazer uma reforma da Previdência e vamos passar por outra”, ponderou.

Rivana Ricarte, presidente da Anadep, exemplificou um ponto que atinge os servidores nos Estados, especialmente professores, enfermeiros e outros. Que é o artigo 2º da PEC, que extingue verbas salariais decorrentes do tempo de carreira, como anuênios, triênios, quinquênios. “São valores muito pequenos e irrisórios e essa medida vai impactar os servidores nos Estados, aqueles que estão na ponta, e boa parte recebendo os menores salários. Precisamos que toda essa questão da reutilização salarial seja analisada com mais critério pelo relator.”

E o quarto ponto foi demonstrado por Pedro Pontual, presidente da Anesp, que tratou da necessidade de prerrogativas e garantias adicionais aos servidores que exercem atividades de Estado, preservando a estabilidade para todo o funcionalismo.

Quanto a esse último tópico, o deputado Arthur Maia disse que pretende já deixar no bojo de seu relatório uma definição sobre carreiras de Estado. “Não tenho o propósito de ser absoluto na definição dessas carreiras. Quero apresentar minha sugestão para todos os deputados. Prefiro errar pela ação do que pela omissão.”

Ele ainda se posicionou contrário aos vínculos de experiência e defendeu a avaliação de desempenho no setor público.

O deputado Professor Israel Batista reiterou o pedido para que o relator leia novamente as emendas à PEC 32 apresentadas pela Servir Brasil.

A previsão de Arthur Maia é apresentar o parecer até o fim da próxima semana. O Fonacate e as entidades afiliadas continuam o trabalho na conversa com diversos parlamentares para que a proposta não seja aprovada.

Com informações do Fonacate.

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



 www.instagram.com/anfipnacional

 www.facebook.com/anfip.nacional

 www.twitter.com/anfipnacional

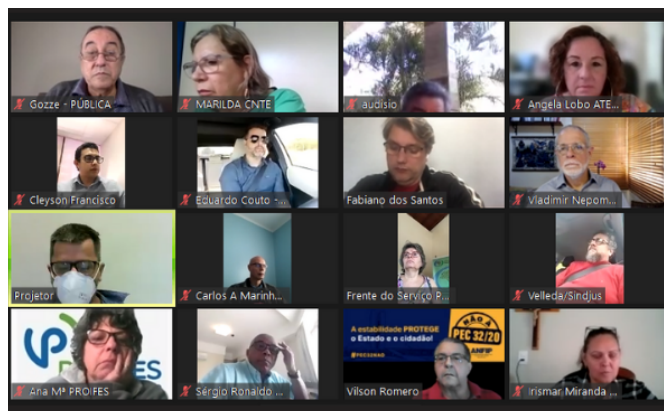
 www.youtube.com/anfipoficial

Frente Parlamentar avalia encontro com relator da Reforma Administrativa

As entidades que integram Frente Parlamentar Mista do Serviço Público reuniram-se na segunda-feira (16/8) para avaliar a audiência realizada na semana passada com o relator da PEC 32/20 (Reforma Administrativa), deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA). Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, que coordenou o encontro.

Os representantes acreditam que o relatório de Arthur Oliveira Maia já está definido e provavelmente continuará afetando os servidores, porém, pretendem intensificar as ações para que a matéria não seja aprovada. As audiências temáticas de discussão da PEC, que finalizariam no dia 19 de agosto, tiveram o prazo ampliado para o debate de novos temas, com isso, a previsão das entidades é de que a matéria seja votada apenas em setembro, disponibilizando mais tempo para mobilizações.

“Temos que divulgar [as audiências] amplamente para mobilizar mais ainda nossas bases que, infelizmente, não



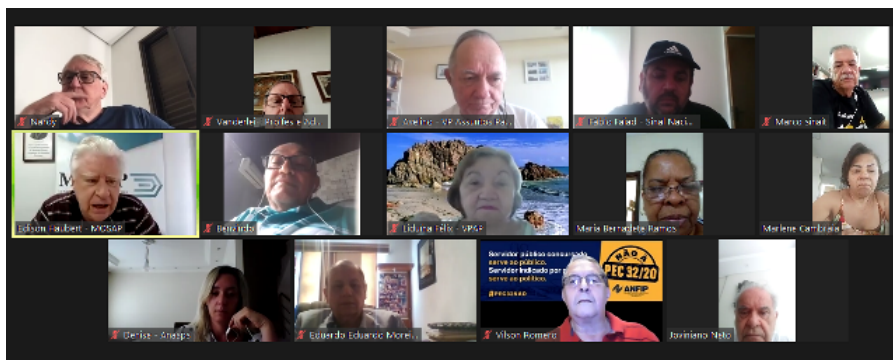
estão totalmente engajadas. A discussão é fundamental para esclarecer sobre os prejuízos que virão caso a PEC seja aprovada”, disse Vilson Romero. Além disso, estão ocorrendo audiências e seminários nas assembleias legislativas e câmaras municipais em diversos estados.

Mosap e entidades preparam ações junto aos parlamentares

O Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap) realizou reunião, na terça-feira (17/8), com os representantes das entidades que integram o Instituto. Pela ANFIP, participaram os vice-presidentes de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix; e de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto; e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

A reunião foi conduzida pelo presidente do Mosap, Edison Haubert, que, logo no início, informou aos dirigentes que o novo site da entidade já está no ar, com muito mais conteúdo, mais moderno e com espaço exclusivo para divulgar as notícias das afiliadas. Os dirigentes foram orientados a acessar o novo portal para conhecer as novas funcionalidades e contribuir na divulgação da página e no envio de informações para reprodução. Clique no link para conhecer o portal: www.mosap.org.br.

Edison Haubert relatou que a próxima etapa será a atualização e ampliação do Mosap nas redes sociais,



visando alcançar os parlamentares e intensificar as ações em defesa dos aposentados e dos pensionistas.

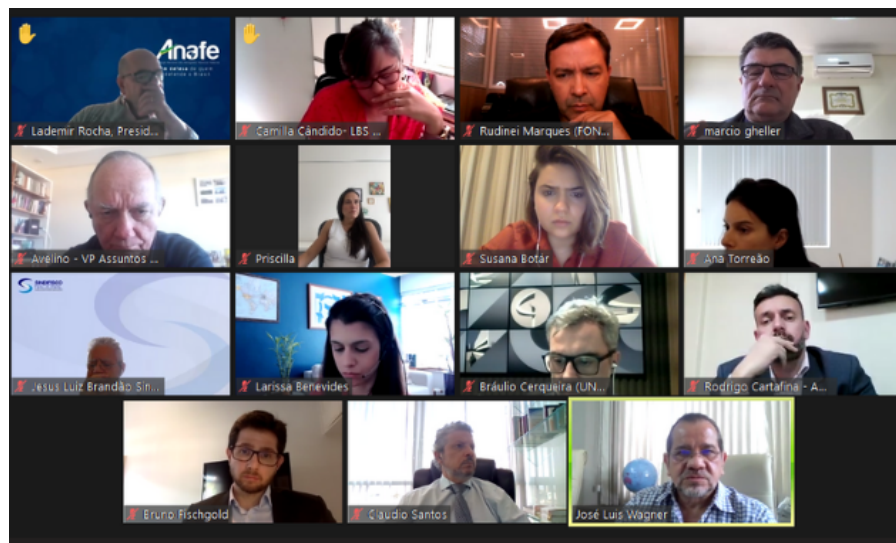
Os dirigentes também analisaram as proposições em tramitação no Congresso Nacional que exigem muita atenção dos servidores públicos, como a Reforma Administrativa (PEC 32/20), a PEC dos Precatórios, (PEC 23/21) e a Reforma do Imposto de Renda.

“Diante do quadro atual, que o país está passando, a Câmara dos Deputados vai fazer o máximo possível para aprovar essas PECs e precisamos ficar mais atentos. A PEC dos Precatórios é uma das maldades que temos que combater”, afirmou José Avelino.

Sobre a PEC dos Precatórios, foi aprovado o envio de ofício aos deputados e senadores manifestando a posição contrária do Mosap e das entidades que compõem o Instituto. A minuta será preparada e apresentada na próxima reunião do grupo.

Ainda no encontro, Vilson Romero ressaltou que a página do SouGov.br agora pode ser acessada pelo computador (web). Antes, era possível acessar os serviços apenas por aplicativo no celular. O SouGov.br disponibiliza 28 funcionalidades exclusivas para servidores públicos federais, ativos e aposentados, pensionistas e anistiados civis do Poder Executivo Federal.

Entidades reforçam atuação para barrar PEC dos Precatórios



Os setores jurídicos e dirigentes das entidades que integram o Fonacate reuniram-se na segunda-feira (16/8) para mapear a tramitação da PEC 23/2021, que trata dos precatórios, e definir as medidas necessárias para impedir a votação do texto que afeta não só o direito de servidores públicos como a transparência fiscal do Estado.

Participaram da reunião, pela ANFIP, os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo), José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e o advogado Rodrigo Cartafina.

Algumas ações foram pré-estabelecidas, entre elas a produção de estudo na área fiscal e orçamentária, já que a questão não se resume ao aspecto jurídico; entrega de requerimento de pedido de audiência na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara; atuação conjunta

com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e contato estreito com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Há rumores de que o governo iria pedir urgência na tramitação da PEC 23, o que levaria o texto ao Plenário, porém a complexidade da matéria exigirá a atuação da CCJ, explicou o assessor político do Fonacate, Jorge Ramos. Segundo ele, somente com a admissibilidade técnica e constitucional, a proposta poderia entrar em acordo para votação mais célere. “A intenção dos parlamentares é votar o texto, na CCJ, até o final de agosto. A partir daí, o governo só tentará acelerar a apreciação da PEC se tiver certeza do quórum”, avaliou. Além disso, a Câmara poderá apensar a matéria a outras propostas que já tramitam sobre o tema e que tenham passado pelas Comissões temáticas. A assessoria parlamentar estará atenta a qualquer articulação pretendida.

As entidades também consideram

fundamental o posicionamento institucional da OAB. O advogado da ANFIP, que integra a Comissão de Precatórios da OAB-DF, e advogada Ana Torreão, da Comissão Especial de Precatórios do Conselho Federal da OAB, já estão atuando nos respectivos colegiados. A Ordem irá acionar o STF.

A Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, em nota divulgada na semana passada, concluiu que a PEC materializa risco fiscal com clareza, causando aumento dos juros, freando a economia e causando a estabilização da dívida pública, além de abalar a credibilidade do país. “Vai implicar aumento do risco e aumento dos juros, como já estamos observando nas variáveis do mercado, onde é possível ver a precificação dos juros para os títulos do governo com diferentes prazos. É uma ação que vai promover deterioração das contas públicas, e vai, certamente, se o Congresso não alterar essa proposta, produzir um abalo na credibilidade da política fiscal, com consequências importantes para a trajetória da dívida pública”, afirmou Felipe Salto, diretor-executivo da IFI, em entrevista ao Senado. Salto disse ainda que, na iminência de romper com essa regra constitucional que limita as despesas públicas, o governo promove uma alteração explícita da regra, seja por meio do parcelamento, seja por meio da criação de um fundo, a ser composto por receita de vendas de ativos, do petróleo e outras, que vão permitir pagar a parcela dos precatórios sem respeitar o teto de gastos.

Confira [AQUI](#) o estudo.

ANFIP promove segunda edição do Fórum Internacional Tributário



As inscrições serão abertas em breve. Para conectar todos os interessados, foram lançadas redes sociais exclusivas, que trazem conteúdos sobre os desafios tributários e as atualizações do evento.

Não perca tempo! Siga o FIT nas redes Instagram, Facebook, Twitter, LinkedIn e YouTube e fique por dentro de todas as novidades. Para mais detalhes sobre a programação acesse o site www.forumfit.org.br.

Contamos com a colaboração de todos na divulgação do conteúdo para que possamos conscientizar pessoas e contribuir para o fortalecimento do País.

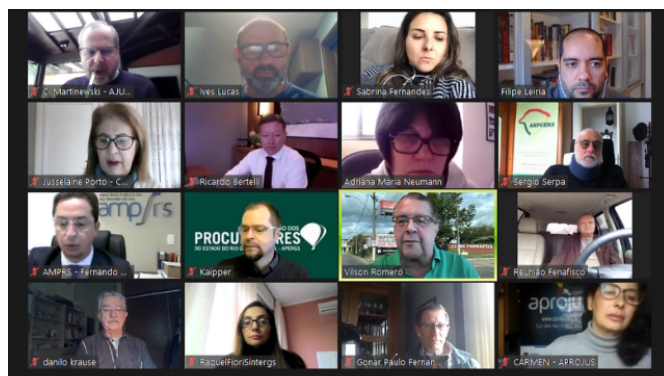
Estaduais

Frente Gaúcha define novas estratégias de atuação contra a PEC 32/20

Na segunda-feira (16/8), a ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero, participou de mais uma reunião da Frente Gaúcha em Defesa do Serviço Público, juntamente com as entidades de classe do estado, para definir estratégias de intensificação das mobilizações contra a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa.

No encontro virtual, os presentes reconheceram a importância de estabelecer diálogo com os parlamentares da base governista, a fim de mostrar que a pauta não é partidária, e sim um movimento de todos que defendem um funcionalismo público mais eficiente e um Estado Democrático de Direito cada vez mais forte. Para isso, o grupo pretende apresentar análises técnicas sobre os prejuízos trazidos pela PEC, na tentativa de ampliar o público alvo das campanhas e promover uma atuação mais unificada e integrada contra a Proposta.

O grupo avalia a possibilidade de solicitar uma reunião particular com o relator da PEC, deputado federal Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), além de seguir acompanhando as



audiências públicas que estão sendo realizadas sobre o tema em diferentes estados do país.

Fique por dentro das mobilizações! Acesse [AQUI](#) o “Manual digital de trabalho parlamentar” e o “Guia do trabalho parlamentar nas redes sociais”, elaborados pela ANFIP para incentivar a participação de todos e todas na luta por seus direitos.

Agafisp reivindica melhoria dos serviços da Geap Saúde



O presidente da Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul (Agafisp), Luiz Carlos Santos da Silva, e o vice-presidente José Amilton Vieira Freire receberam, na terça-feira (17/8), a analista de Programas Assistenciais, representante da Gerência Estadual da Geap Saúde, Mariane Peruch, e sua assessoria.

No encontro foi reivindicada a ampliação da rede credenciada de hospitais, laboratórios e clínicas no interior do RS, destacando a precariedade de atendimento em algumas regiões. Os dirigentes locais do plano de saúde anotaram a demanda e se comprometeram em levar a gestão à Gerência Estadual.

Os presentes à reunião iniciaram a articulação para que sejam promovidos encontros virtuais com os associados da Agafisp, com recomendações e orientações sobre melhoria da qualidade de vida e cuidados com a saúde.

Mariane Peruch fez questão de ressaltar o trabalho que a gestão local está fazendo para melhorar a abrangência do plano de saúde, observadas as restrições decorrentes da pandemia. Informou ainda as funcionalidades do atendimento virtual através da telemedicina e com comunicação direta com a Geap através do WhatsApp (61) 99988.1145.

ANFIP-PB comemora o Dia dos Pais



Com mais uma comemoração diferenciada no Dia dos Pais, a ANFIP-PB cumpriu seu calendário festivo mantendo aceso o entrosamento com os associados, e, para saudá-los, fez a entrega de uma lembrança a cada pai associado e aos cônjuges das associadas.

Benefícios

Treinamento Prático de SPED com 50% de desconto é na FBT

Está disponível aos associados da ANFIP o desconto de 50% no Programa de Treinamento Prático de SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), oferecido pela Faculdade Brasileira de Tributação (FBT), por meio de convênio com a Associação.

O curso terá 120 horas totais e tem como objetivo alinhar teoria e prática e conhecer o fluxo operacional. As aulas são 100% a distância (EAD) e terão início em 13 de setembro de 2021, podendo ser cursado em módulos.

O desconto de 50% é limitado aos 20 primeiros inscritos. Então, corra e garanta a sua vaga! Confira todos os detalhes do curso [AQUI](#).

Live sobre SPED - Ainda sobre SPED na prática, a FBT vai realizar, no dia 02/09/2021, às 19 horas, uma live para explicar todos os detalhes do Programa de Treinamento. Você não pode perder! Marque na agenda e já salva o link da transmissão do evento: eventos.fbtedu.com.br/o-sped-na-pratica

Com o ANFIP Tem+Vantagens você pode tudo! Confira os descontos exclusivos

Durante a pandemia, o autocuidado se tornou ainda mais importante na rotina dos nossos associados e associadas. E para facilitar o acesso de todos(as) a produtos e serviços de beleza, saúde e bem-estar, o Clube de Vantagens da ANFIP está com descontos especiais de até 60% nas melhores marcas do Brasil.

É isso mesmo! Fragrâncias, itens de banho, depilação, maquiagem, podologia, tratamento spa, e muito mais! Tudo isso sem pesar no bolso.

Está esperando o que? Invista já em você! Confira as condições especiais no site www.anfip.temvantagens.com.br.

SouGov.br possibilita cadastro de dados bancários

Associado, agora você pode cadastrar dados bancários junto à sua Unidade Gestora na Administração Pública Federal pelo SouGov.br, utilizando o aplicativo no celular ou acessando a página pelo [computador](#).

Acesse o SouGov.br e na aba “Solicitações” clique no item “Dados Bancários”. Nesta seção você poderá cadastrar ou editar uma conta bancária, seja ela conta salário ou conta para outros recebimentos. Confira o passo a passo [AQUI](#).

O SouGov.br faz parte de um amplo trabalho de transformação digital desenvolvido pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e sua Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, do Ministério da Economia, para gerar uma maior e melhor conectividade entre os servidores ativos, aposentados e pensionistas e a gestão de pessoas da Administração Pública Federal (APF).

Confira o calendário de realização da Prova de Vida

A Prova de Vida dos servidores públicos federais aposentados e dos pensionistas e anistiados políticos civis do Poder Executivo Federal que ficou suspensa desde março de 2020, como medida de proteção contra o contágio pela Covid-19, voltou a ser exigida a partir do dia 1º de julho deste ano.

Os beneficiários têm até 30 de setembro de 2021 para realizar a prova de vida referente ao ano de 2020 e ao período de janeiro a junho de 2021. O Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, órgão central de gestão de pessoas da Administração Pública federal, elaborou o calendário a seguir, para orientar os beneficiários a atualizar a situação da Prova de Vida e garantir a continuidade dos pagamentos.

Calendário para quem não realizou a Prova de Vida entre Janeiro de 2020 a Junho de 2021

Mês do Aniversário	Quando realizar?	Atualiza Prova de Vida referente ao ano de?
Janeiro a Julho	01/07 a 30/09/2021	2020 e 2021
Agosto	01/07 a 31/07/2021	2020
	01/08 a 30/09/2021	2020 e 2021
Setembro	01/07 a 31/08/2021	2020
	01/09 a 30/09/2021	2020 e 2021
Outubro a Dezembro	01/07 a 30/09/2021	2020
	A partir do 1º dia do mês do aniversário	2021

Como fazer

A Prova de Vida é um procedimento previsto em lei para evitar fraudes e pagamentos indevidos e deve ser feita uma vez por ano, no mês do aniversário.

Para provar que está vivo, o beneficiário pode, por exemplo, utilizar uma das seguintes opções:

- Realizar a Prova de Vida Digital, por meio de aplicativo no celular;
- Comparecer presencialmente, munido de documento de identificação com foto, a qualquer agência do banco onde recebe o pagamento.

Para a Prova de Vida Digital, o beneficiário precisa ter a biometria (identificação digital) cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); e ter instalado em seu celular os aplicativos SouGov.br e MeuGov.br. O procedimento será iniciado pelo SouGov.br e, em seguida, deverá ser realizada a validação facial no aplicativo MeuGov.br. Todas as etapas serão indicadas na tela do celular. Depois, o beneficiário deverá acompanhar a situação da comprovação de vida pelo aplicativo SouGov.br.

Independente do canal em que foi realizada a comprovação de vida, o beneficiário pode acompanhar a situação no SouGov.br, tanto pelo aplicativo como pelo [computador](#). Em qualquer desses canais é possível obter o comprovante e receber notificações para lembrar o prazo da realização da Prova de Vida.

Para saber mais sobre a Prova de Vida dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis do Poder Executivo Federal, o cidadão deve acessar o [Portal do Servidor](#).

Fonte: Portal do Servidor

ANFIP repudia tentativa de retirada de atribuições dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

A ANFIP manifesta publicamente seu repúdio a mais uma tentativa de retirada de atribuições dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, especialmente neste momento em que todos os servidores públicos correm risco de perdas irreparáveis decorrentes de reformas do governo. Não bastassem as ameaças políticas, tentativas para enfraquecer a Receita Federal do Brasil partem de frentes que poderiam contribuir para o seu efetivo fortalecimento.

O governo federal publicou, em 28/7, a Medida Provisória (MP) 1.058, que altera a Lei 13.844/19, recriando o Ministério do Trabalho e Previdência. Foram apresentadas 275 emendas ao texto, entre elas a que tenta, novamente, transformar o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho em Auditor Fiscal do Trabalho e Previdência e, assim, transferir para esse cargo a competência exclusiva dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil de executar auditoria e fiscalização das contribuições previdenciárias, o lançamento e a constituição dos respectivos créditos apurados.

Além disso, a emenda retira da Receita Federal do Brasil e dos seus Auditores Fiscais a competência para os “procedimentos de fiscalização das atividades e operações das entidades fechadas de previdência complementar, de competência da Superintendência de Previdência

Complementar - Previc, assim como das entidades e fundos dos regimes próprios de Previdência Social”.

A ANFIP lamenta essa nova tentativa já que o pleito dos Auditores Fiscais do Trabalho é pretendido desde 2015, quando tramitou a MP 696/15 e, em 2016, com a MP 726/16, sendo impugnados todos os artigos sobre o assunto. Também entende que essa articulação atual é totalmente desnecessária e os argumentos apresentados na emenda à MP 1.058 não correspondem à realidade, além de representar risco para a sustentabilidade dos fundos de previdência e para os beneficiários do RPPS.

É preciso esclarecer que aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil é atribuída a competência de fiscalizar o repasse de contribuições e combater desvios de recursos nos regimes próprios por possuir, desde o ingresso na carreira via concurso público, as ferramentas e conhecimentos técnicos exigidos para tal fim.

A ANFIP lamenta essa nova investida em usurpar atribuições da Receita Federal do Brasil, a quem cabe a elaboração da política tributária. Para evitar esse retrocesso, a ANFIP, que repudiou as mudanças anteriormente, atuará para impedir esta nova tentativa.

ANFIP defende rejeição da PEC dos Precatórios em reunião da ACD

Na manhã desta sexta-feira (20/8), a ANFIP, representada pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou da Reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) para tratar de pautas de interesse comum, incluindo matérias aprovadas e em tramitação no Congresso Nacional e a atuação do governo diante das crises sanitária, econômica, social, ambiental e política no Brasil.

O encontro virtual, coordenado por Maria Lucia Fattorelli, trouxe ao debate, entre os assuntos, os efeitos da redução do auxílio emergencial para a sociedade civil, a elevação dos juros pelo Banco Central (BC) e os impactos para a dívida pública, além dos prejuízos trazidos pelas Propostas de Emenda à Constituição nº 32/2020 (Reforma Administrativa) e nº 23/2021 (Precatórios).

Em sua exposição, Vilson Romero ressaltou a importância de todas as entidades e voluntários integrantes do Conselho manterem o foco na articulação contra a Reforma Administrativa, que



altera disposições constitucionais sobre os servidores e a administração pública, e na pauta dos Precatórios, que altera as regras de pagamento das dívidas da União.

De acordo com o assessor, enquanto a PEC 32/2020 encaminha para o “desmonte do serviço público e o loteamento do Estado”, a PEC 23/2021 pretende um verdadeiro “calote nas ações judiciais já transitadas em julgado em favor dos servidores”.

Com o apoio das entidades de classe

e demais parceiros, a ANFIP segue na linha de frente contra as propostas em tramitação, em defesa dos servidores públicos e de seus associados.

Entre as iniciativas para auxiliar as mobilizações, a Associação intensificou a mídia de rua e as articulações com os parlamentares, disponibilizando, ainda, o “[Manual digital de trabalho parlamentar](#)” e o “[Guia do trabalho parlamentar nas redes sociais](#)”, a fim de incentivar a participação popular nas decisões da União.